

**Andrea Miquelina de Sousa Gonçalves**

**Competências parentais percebidas em  
famílias em risco psicossocial e na população  
geral**



**2019**

**Andrea Miquelina de Sousa Gonçalves**

**Competências parentais percebidas em  
famílias em risco psicossocial e na população  
geral**

**Mestrado em Psicologia da Educação**

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Cristina Nunes



**2019**

# **Competências parentais percebidas em famílias em risco psicossocial e na população geral**

## **Declaração de autoria do trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Os autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluídas.

---

Copyright © Andrea Miquelina de Sousa Gonçalves

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor editor respetivos.

## **Agradecimentos**

Com a finalização do meu percurso académico não posso deixar de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam nesta caminhada tão importante da minha vida pessoal e profissional.

Agradeço aos meus pais e às minhas irmãs, pois sem o seu apoio dificilmente teria alcançado este objetivo. Este percurso foi atribulado, mas conseguimos finalizá-lo!

À minha orientadora, a Professora Doutora Cristina Nunes, pelo apoio incondicional, pela disponibilidade, paciência, orientação e conhecimento partilhado durante todo este percurso.

Às minhas amigas, Rita, Margarida e Patrícia, que muitas vezes foram a minha segunda família, obrigada pelo apoio e pela amizade destes anos.

A todas as famílias que aceitaram participar no meu estudo, aos técnicos da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António que implementaram o programa e à equipa que colaborou na recolha de dados (Lara Ayala-Nunes, Carmen Macedo, Maria Castro, Cátia Martins, Paula Pinho, Cidália Carneira, Soraia Monteiro e Marisa Cavaco).

O meu agradecimento a todos!

## Resumo

A presente investigação teve por objetivo analisar as diferenças e semelhanças nas competências parentais percebidas em pais de famílias em risco psicossocial e na população geral (estudo um) assim como, o impacto de uma intervenção grupal nas competências parentais em pais em risco psicossocial (estudo dois).

No estudo um foram analisadas as características de 181 famílias da região do Algarve sendo que, 65 destes participantes integraram o grupo de risco, cujo os filhos beneficiam de uma medida de promoção e proteção nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Os restantes 116 participantes representaram o grupo geral e sem risco psicossocial conhecido. Relativamente ao estudo dois, foram entrevistadas 13 famílias do concelho de Vila Real de Santo António, que participaram no programa de formação parental.

Em ambos os estudos utilizámos o Questionário Sociodemográfico e Familiar e a Escala de Competência Parental Percebida.

Os resultados encontrados no estudo um sugerem que, as famílias em risco tinham uma elevada perceção ao nível da eficácia e uma baixa perceção no seu papel parental comparativamente às famílias da população geral. As famílias de risco encontravam-se em precariedade económica e laboral, possuindo um nível educativo baixo. Por outro lado, as famílias da população geral num 80% eram biparentais, com um nível educativo medio-alto e encontravam-se empregados.

Relativamente ao estudo dois concluiu-se que, após a intervenção do programa de formação parental os participantes revelaram-se mais satisfeitos com o seu papel de pais, contudo, os resultados não foram estatisticamente significativos. São discutidas as características do programa e apresentadas sugestões para o tornar mais efetivo e alcançar níveis mais elevados de satisfação parental dos participantes.

**Palavras-chave:** Competências parentais percebidas, Eficácia parental, Famílias em risco psicossocial, Programas de formação parental, Satisfação parental.

## **Abstract**

The present study aimed to analyze the differences and similarities in parental competences perceived in parents of families at psychosocial risk and in the general population (study one) as well as the impact of a group intervention on parental competences in parents at psychosocial risk (study two).

In the study one was analyzed the characteristics of 181 families in the Algarve region, and 65 of these participants were included in the risk group, whose children benefit from a promotion and protection measure in the Commissions for the Protection of Children and Young People. The remaining 116 participants represented the general group with not known psychosocial risk. Regarding study two, 13 families from Vila Real de Santo António were interviewed and participated in the parental training program.

In both studies we used the Sociodemographic and Family Questionnaire and the Parental Sense of Competence Scale.

The results found in study one suggests that families at risk had a high perceived efficacy and a low perception in their parental role compared to families of the general population. The families at risk were in economic and labor precariousness, having a low educational level. On the other hand, the families of the general population in 80% were biparental, with a medium-high educational level and were employed.

Regarding the study two, it was concluded that, after the intervention of the parental training program, the participants were more satisfied with their role as parents, however, the results were not statistically significant. The characteristics of the program are discussed, and suggestions are made to make it more effective and reach higher parental satisfaction levels.

**Keywords:** Families at psychosocial risk, Parental Training Programs, Parental sense of competence, Parental efficacy, Parental satisfaction.

## Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1. Famílias em Risco Psicossocial.....	3
Capítulo 2. Competências Parentais Percebidas.....	6
Capítulo 3. Programas de Formação Parental.....	8
Capítulo 4. Estudo Um.....	11
4.1. Objetivos de estudo.....	11
4.2. Metodologia.....	11
4.2.1. Desenho do estudo.....	11
4.2.2. Amostra.....	11
4.2.3. Instrumentos.....	11
4.3. Resultados.....	12
4.4. Discussão.....	20
Capítulo 5. Estudo Dois.....	22
5.1. Objetivos de estudo.....	22
5.2. Metodologia.....	22
5.2.1. Desenho do estudo.....	22
5.2.2. Amostra.....	23
5.2.3. Instrumentos.....	23
5.3. Resultados.....	23
5.4. Discussão.....	29
Capítulo 6. Conclusões gerais e limitações.....	31
Capítulo 7. Referências Bibliográficas.....	33
Anexos.....	40

## Índice de Figuras

<b>Figura 1.</b> Modelo de Belsky: determinantes da parentalidade.....	2
<b>Figura 2.</b> Nível de escolaridade dos participantes.....	14
<b>Figura 3.</b> Situação de empregabilidade dos participantes.....	15
<b>Figura 4.</b> Distribuição da tipologia familiar.....	16
<b>Figura 5.</b> Família extensa no agregado familiar.....	18
<b>Figura 6.</b> Nível de escolaridade dos participantes.....	24
<b>Figura 7.</b> Estabilidade e proveniência dos rendimentos dos participantes.....	27
<b>Figura 8.</b> Nível de pobreza dos participantes.....	27
<b>Figura 9.</b> Características do agregado familiar.....	28

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Caraterísticas dos participantes segundo o sexo.....	13
<b>Tabela 2.</b> Caraterísticas dos participantes segundo a idade.....	14
<b>Tabela 3.</b> Caraterísticas da criança segundo o sexo.....	15
<b>Tabela 4.</b> Caraterísticas da criança segundo a idade.....	16
<b>Tabela 5.</b> Comparação de médias das características familiares entre os dois grupos....	17
<b>Tabela 6.</b> Comparação dos valores médios das dimensões da Escala de Competências Parentais Percebidas.....	18
<b>Tabela 7.</b> Índices de correlação entre as dimensões da Escala de Competências Parentais Percebidas nas famílias da população geral (N = 116) .....	19
<b>Tabela 8.</b> Índices de correlação entre as dimensões da Escala de Competências Parentais Percebidas nas famílias de risco (N = 65) .....	19
<b>Tabela 9.</b> Comparação dos valores médios segundo o sexo da criança entre os dois grupos.....	20
<b>Tabela 10.</b> Comparação dos valores médios do sexo dos participantes entre os dois grupos.....	20
<b>Tabela 11.</b> Análise das caraterísticas dos participantes segundo o sexo.....	24
<b>Tabela 12.</b> Análise descritiva do estado civil dos participantes.....	25
<b>Tabela 13.</b> Análise descritiva das características laborais.....	26
<b>Tabela 14.</b> Análise descritiva dos rendimentos dos participantes.....	26
<b>Tabela 15.</b> Análise descritiva da composição do agregado familiar dos participantes...	28
<b>Tabela 16.</b> Comparação dos valores médios das dimensões do PSOC.....	29

## Introdução

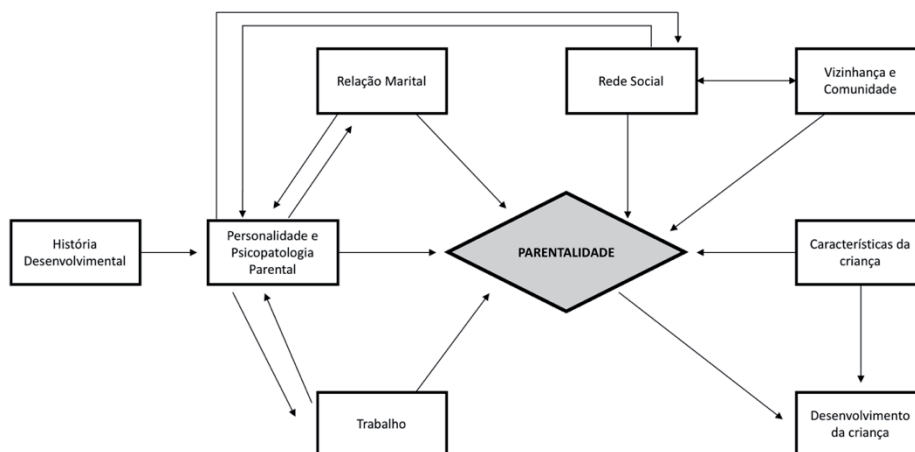
A parentalidade é um conjunto de tarefas indispensáveis para garantir o desenvolvimento da criança a nível físico, psicológico e social por parte dos seus pais, utilizando os recursos que dispõem na família e na comunidade. De acordo com o modelo ecológico de Belsky (ver Figura 1), existem três determinantes que podem influenciar direta ou indiretamente o funcionamento parental, nomeadamente as características individuais dos progenitores (personalidade e saúde mental), as características individuais da criança, e os fatores do contexto social (relações conjugais, ocupação profissional dos progenitores e rede social (Belsky & Jafee, 2006 citado por Barroso & Machado).

Este modelo enfatiza que, as histórias desenvolvimentais dos pais, as relações conjugais e as suas ocupações profissionais, influenciam a personalidade e o seu estado psicopatológico, o que por sua vez afeta o processo da parentalidade e consequentemente tem efeitos no desenvolvimento infantil (Belsky, 1984).

Além disso, as características individuais da criança afetam a parentalidade sendo que, o seu difícil temperamento promove nos pais um comportamento menos responsivo e mais hostil. No entanto, a rede social (apoio formal e informal), as características do meio, assim como a relação conjugal (estresse marital) e a ocupação profissional do progenitor (trabalho precário, desemprego, etc.) têm impacto no desenvolvimento infantil e na parentalidade.

As competências parentais percebidas desempenham um papel fundamental na parentalidade, uma vez que permitem aos pais enfrentar de forma adaptativa as necessidades do desenvolvimento dos seus filhos (Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008). Nas famílias em risco psicossocial, estas competências possuem características um pouco diferentes quando comparadas com as famílias da população geral (Menéndez, Jiménez & Hidalgo, 2011; Nunes, Jiménez, Menéndez, Ayala-Nunes, & Hidalgo, 2016), sendo que se caracterizam por um funcionamento que compromete o bem-estar e o desenvolvimento dos seus filhos (Rodrigo et al., 2008).

No entanto, recentemente as políticas de apoio às famílias e a investigação colocam em evidência o benefício da intervenção psicoeducativa grupal para o equilíbrio dos fatores protetores e de risco na ecologia parental, sendo esse o caso dos programas de formação parental.



**Figura 1.** Modelo de Belsky: determinantes da parentalidade.

(Fonte: Belsky e Jafee, 2006 citado por Barroso e Machado)

Os programas de formação parental visam favorecer o desenvolvimento individual, de forma a que os cuidadores possam adquirir conhecimentos para uma prática parental positiva para garantir e proteger o crescimento adequado das crianças no seu contexto familiar (Martín-Quintana, Máiquez, Rodrigo, Byrne, Rodríguez & Rodríguez, 2009; Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence & Jiménez, 2009).

Neste trabalho, pretende-se conhecer as diferenças e semelhanças nas competências parentais percebidas em pais de famílias em risco psicossocial e na população geral (estudo um). Pretende-se, ainda, avaliar o impacto de uma intervenção grupal nas competências parentais percebidas em pais em risco psicossocial (estudo dois).

Este documento é composto por sete capítulos. No capítulo 1, apresenta-se uma revisão das famílias em risco psicossocial. Relativamente ao capítulo 2, expõe-se a importância das competências parentais percebidas no contexto familiar. No capítulo 3 abordamos os programas de formação parental e a sua relevância nas práticas parentais positivas. No capítulo 4 apresentamos o estudo empírico um, cujo principal objetivo é explorar a influência das características do contexto familiar de famílias com menores em risco psicossocial e de famílias pertencentes à população geral, assim como o sentimento de competência parental. No estudo dois, apresentado no capítulo 5, pretende-se avaliar o impacto de uma intervenção nas competências parentais percebidas realizada pelo Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. No capítulo 6, apresentamos as conclusões gerais e as limitações deste estudo. Finalmente no capítulo 7 expomos a lista de referências bibliográficas.

## Capítulo 1

### As famílias em risco psicossocial

A família é um sistema que se caracteriza por uma rede complexa de relações interpessoais profundas. Simboliza um contexto relativamente estável, privilegiado para a aprendizagem, e fundamental na base da vida social. Consequentemente, proporcionará equilíbrio ao longo do processo de desenvolvimentos dos seus elementos (Alarcão, 2002).

A família representa um grupo de pessoas onde os pais, primeiros prestadores de cuidados, têm o compromisso pessoal com os seus filhos, guiando-os e acompanhando-os no seu processo de desenvolvimento. No entanto, nem todas as famílias proporcionam um adequado contexto para o desenvolvimento dos seus membros e não conseguem responder às necessidades básicas das crianças (Rodrigo et al, 2008).

Assim podemos definir as famílias em risco psicossocial como aquelas que vivem em circunstâncias pessoais ou ambientais (precariedade económica/laboral, violência doméstica, entre outros), que não promovem adequadamente o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, sem atingir um nível de gravidade suficiente que justifique a necessidade de aplicar medidas de proteção (Nunes & Ayala-Nunes, 2015; Pérez-Padilla et al., 2015; Rodrigo et al., 2008;).

Estas famílias, têm uma trajetória de vida marcada por episódios negativos, com elevado impacto emocional e caracterizam-se frequentemente por terem baixos rendimentos, precariedade económica e habitacional, e um nível educativo muito baixo (Menéndez, Hidalgo, Jiménez, Lorence & Sánchez, 2010; Macedo, Nunes, Costa, Nunes & Lemos, 2013).

Segundo Rodríguez (2003) estas famílias partilham algumas características sociodemográficas comuns: nível social, parentalidade e conjugalidade, comunicação e sistema afetivo e recursos.

No que respeita ao nível social é possível constatar diversos fatores de risco, como a instabilidade económica e laboral e o baixo nível educativo. Estas famílias não contam com ingressos ou com uma estabilidade laboral, sendo que a maioria dos empregos são de baixa qualificação, consequência do baixo nível educativo. Outros fatores que também podem ser considerados são, as habitações precárias as quais se encontram em estado de abandono e sem cuidados, e o isolamento social. No entanto, a situação de risco destas famílias caracteriza-se por ir mais além da pobreza (Menéndez et al., 2010; Nunes & Ayala-Nunes, 2015).

Relativamente à parentalidade e conjugalidade, é possível verificar que as funções parentais se encontram em risco, dado que os progenitores não são capazes de facultar aos filhos segurança emocional (ser valorizados e queridos) e proteção do ambiente ecológico (transmissão de regras e valores), impossibilitando o desenvolvimento do respeito pela sociedade por parte da criança, transmitindo uma relação de conflito com o seu meio (Rodríguez, 2003). Além disso, estes têm uma perceção inadequada das capacidades e necessidades educativas dos filhos, pois consideram que o desenvolvimento dos filhos depende de fatores externos e têm uma visão desajustada do papel de se ser pai (Martín, Maíquez, Rodrigo, Correa & Rodríguez, 2004).

Relativamente à relação conjugal é outro fator de risco, pois muitas vezes a relação entre o casal é confusa e conflituosa, em que os filhos são o único motivo de união entre estes dois indivíduos. Contudo, nas famílias monoparentais a relação que mantem com os companheiros é inexistente ou uma fonte de conflito (Ménendez et al., 2010; Rodríguez, 2003).

A comunicação e o sistema afetivo são igualmente afetados nestas famílias. Precisamente ao nível experiencial, têm dificuldades em integrar as experiências emocionais e vivem os acontecimentos como transitórios. Este tipo de limitação favorece a indiferenciação da experiência afetiva vivida, a dificuldade em atingir uma identidade pessoal adulta e a falta de competências na tomada de decisão e de resolução de conflitos (Rodríguez, 2003; Peña, Maíquez & Rodrigo, 2014).

Finalmente, a falta de recursos materiais e emocionais impedem que os esforços diários que fazem estas famílias, para ultrapassar os acontecimentos de vida estressantes, culminem numa resolução dos seus problemas e na mudança significativa das suas condições de vida, aumentando assim, a vulnerabilidade familiar e os sentimentos de incapacidade. No entanto, muitas destas famílias possuem alguns recursos (fatores de proteção) que promovem alguma resistência face as dificuldades que enfrentam (Rodríguez, 2003; Nunes & Ayala-Nunes, 2015).

Nos estudos realizados em Portugal constatou-se que estas famílias são um grupo com elevada vulnerabilidade e apresentam características em comum, tais como a baixa escolaridade, elevadas taxas de desemprego de longa duração, emprego de baixa qualificação ou instável, bem como a pobreza, constituem sérios fatores de risco que comprometem o desenvolvimento e o bem-estar da criança (Nunes & Ayala-Nunes, 2015; Ayala-Nunes, Hidalgo, Jiménez & Jesus, 2016; Nunes & Ayala-Nunes, 2016; Macedo et al., 2013).

Outros estudos realizados em Espanha indicam semelhanças as investigações realizadas no nosso país. Por exemplo, os estudos de Menéndez, Arenas, Pérez & Lorence (2012) e Menéndez e colaboradores (2010) mostram que as famílias em risco psicossocial espanholas também se caracterizam pela precariedade económica, laboral e educativa. As trajetórias de vidas destas famílias distinguem-se pela acumulação de experiências e situações de *stress*.

Todas as características que foram referidas anteriormente, geram sentimentos de ansiedade que poderão representar obstáculos para uma parentalidade positiva, uma vez que educar os filhos nestas circunstâncias faz com que a tarefa de se ser pai/mãe seja ainda mais complicada.

## **Capítulo 2**

### **Competências Parentais Percebidas**

As competências parentais percebidas são um conceito fundamental para entender o desempenho e os processos que sucedem dentro do sistema familiar. É uma das determinantes das práticas parentais competentes e está diretamente relacionada com o bem-estar e desenvolvimento adequado e saudável da criança (Nunes & Ayala-Nunes, 2016).

O sentimento de competência parental refere-se ao modo como os indivíduos percebem o seu papel como pais. De acordo com Johnston e Mash (1989) devemos considerar duas dimensões na competência parental percebida: a eficácia e a satisfação. A eficácia percebida relaciona-se com a avaliação e as expectativas que um adulto faz de si, isto é, das suas capacidades e competências de atuar de forma competente e eficaz como progenitor. Coleman e Karraker (2003) definem este conceito como a capacidade percebida pelos progenitores de influenciar de forma positiva o comportamento e o desenvolvimento de seus filhos. No que diz respeito a satisfação parental, esta refere-se à relação positiva que existe entre os resultados obtidos no exercício da parentalidade com as expectativas iniciais. De acordo com Johnston e Mash (1989) é o grau em que os progenitores se sentem eficazes, capazes de resolver problemas e estão familiarizados com a parentalidade.

A eficácia está relacionada diretamente com a satisfação, uma vez que, quanto melhor forem as práticas parentais positivas, o sentimento de autoeficácia aumenta, isto é, os pais que se sentem mais eficazes com o seu desempenho, adotam comportamentos e atitudes parentais favoráveis que irão ser refletidas no comportamento das crianças (Rodrigo et al., 2008; Jones & Prinz, 2005).

Existem evidências que relacionam a autoeficácia parental com as competências parentais percebidas e a satisfação parental. Alguns estudos referem que a autoeficácia parental afeta a adaptação da criança, as práticas e os comportamentos parentais. Porém, autoeficácia parental varia entre pais, filhos e fatores culturais contextuais, a sua influência não pode ser descurada como possível preditor de competências parentais, do desenvolvimento infantil ou possível indicador de risco (Jones & Prinz, 2005; Ohan, Leung & Johnston, 2000).

Deste modo, as competências parentais percebidas têm resultados, positivos ou negativos sobre o desenvolvimento e o bem-estar infantil. A autoeficácia parental também está envolvida com as variáveis ecológicas, visto que, as condições ambientais

podem comprometer a confiança dos progenitores e explicar a parentalidade pouco eficaz (Jones & Prinz, 2005; Ohan et al., 2000).

As competências parentais percebidas nas famílias em risco psicossocial apresentam características específicas, tornando-as sumamente importantes e relevante avaliá-las. Existem evidências, de que os progenitores destas famílias têm uma percepção negativa e distorcidas da sua competência como pai/mãe, que se revela em consequências negativas tanto para o bem-estar e o desenvolvimento da criança como para a dinâmica familiar (Rodrigo et al., 2008; Menéndez et al., 2011).

A parentalidade neste tipo de família é, frequentemente, disfuncional por diversos motivos. O primeiro é o elevado nível de estresse parental, uma vez que a exposição contínua a acontecimentos de vida negativos faz com que os cuidadores não possam satisfazer as necessidades das crianças (Rodrigo & Palacios, 1998). Estes comportamentos estão relacionados com os baixos níveis de comunicação e afeto na relação entre pais e filhos (Bonds, Gondoli, Sturge-Apple & Salem, 2002, citado por Pérez, Lorence & Álvarez-Dardet, 2010).

Outro motivo relacionado com este tipo de parentalidade é o ambiente estabelecido no meio familiar, o qual é pouco estimulado, podendo prejudicar o desenvolvimento das crianças. O último motivo relaciona-se com o tipo de patologia que possam padecer um dos cuidadores, sentimentos de incompetência, ausência de apoio social e/ou fracassos no seu percurso académico (Pérez-Padilla, Hidalgo & Menéndez, 2012).

A problemática não está em redor do controlo das dificuldades, contudo, os indivíduos estão envolvidos em padrões repetitivos de organização que não são positivos, que originam sentimentos de confiança e segurança (Sousa & Ribeiro, 2005).

No entanto, fomentar o bem-estar da criança e da família não consiste apenas em eliminar os aspetos disfuncionais do sistema familiar, mas sim em promover as competências da família, sobretudo a dos pais para que estes possam oferecer a criança um ambiente educativo mais adequado (Rodrigo et al., 2008).

Será indispensável promover junto dos pais competências parentais positivas de forma a que, estes perante as dificuldades, possam desenvolver pensamentos e expectativas favoráveis, com o objetivo de satisfazer as necessidades e potenciar a resiliência dos seus filhos. Gilmore & Cuskelly (2008), referem que quando os cuidadores estão satisfeitos com o seu papel parental, têm maior probabilidade de desenvolver competências e práticas educativas eficazes.

## **Capítulo 3**

### **Programa de Formação Parental**

Os programas de formação parental, de carácter psicoeducativo parecem constituir uma boa oportunidade para a promoção de aprendizagens e de clarificação de valores, atitudes e de práticas parentais na educação dos filhos. Estes, têm como objetivo principal favorecer o desenvolvimento individual e familiar, de forma a que os cuidadores possam adquirir conhecimentos para uma prática parental positiva, conjuntamente tentam satisfazer as necessidades da família, a fim de promover a autonomia e competências pessoais e interpessoais para garantir e proteger o crescimento adequado das crianças no seu contexto familiar (Martín-Quintana et al., 2009; Hidalgo et al., 2009; Abreu-Lima et al., 2010).

O Conselho da Europa com o objetivo de promover a parentalidade positiva desenvolveu a Recomendação 19 (2006), a qual refere que todos os países europeus têm a responsabilidade de defender os direitos das crianças e devem investir em políticas e programas baseados na evidência, orientados pelo interesse da criança. Por outro lado, o Estado deve reconhecer o papel que desempenha a família no desenvolvimento e no bem-estar da criança e deve elaborar programas para melhorar as competências de uma parentalidade positiva e promover um ambiente familiar saudável e positivo para os menores (Almeida et al., 2012).

Em Espanha, são inúmeros os programas de intervenção de carácter psicoeducativo, os quais são avaliados ao nível da eficácia e da satisfação (Peña et al., 2014; Hidalgo, Sánchez, Lorence, Menéndez & Jiménez, 2014).

Em Portugal, o cenário é muito diferente, uma vez que o investimento nesta área é reduzido, não existindo nenhum organismo que dê recomendações ou seja responsável pela implementação e avaliação destes programas (Almeida et al., 2012; Coutinho, 2004; Nunes & Ayala-Nunes, 2015).

Contudo, no nosso País a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) refere no artigo 41º os programas de educação parental, definidos como um apoio de carácter psicoeducativo e social. No entanto, a sua implementação deve ser realizada quando tenham sido propostas medidas de apoio ou em situações em que a criança possa estar sob a responsabilidade de um familiar (artigo 39º e 40º respetivamente). Porém, esta medida não tem um carácter prescritivo e apenas enuncia os potenciais destinatários da educação parental. Além disso, objetiva

salvaguardar o direito constitucional dos pais ou dos responsáveis pelo cuidado da criança (Abreu-Lima et al., 2010).

Outras entidades nacionais, como a Segurança Social, também reconhecem a importância em apoiar as famílias no exercício de uma parentalidade mais positiva através de diversos programas de formação parental (e.g. Programa em Parentalidade Positiva) e do apoio económico e do aconselhamento parental (Instituto da Segurança Social – Políticas Para a Infância em Portugal na Área da Segurança Social, 2007).

Evidentemente, não será suficiente investir neste tipo de políticas quando os programas de educação parental não utilizam uma metodologia baseada na evidência e quando estes não são avaliados de forma empírica.

Os programas de formação parental são avaliados com o objetivo de melhorar, reorientar e inovar a intervenção, comprovando que um determinado procedimento é eficaz para os casos nos quais foram aplicados (Camilo, Garrido & Sá, 2013). Por outro lado, contribui para aumentar o nosso conhecimento sobre as necessidades mais urgentes da população. Contudo, quando estes são implementados, importa referenciar os seguintes aspetos: uma fundamentação teórica no qual este se baseia (modelos teóricos), ter objetivos específicos e conhecer a população alvo com o intuito de perceber quais são as suas necessidade e competências.

Quando um programa de formação é aplicado importa conhecer o tipo de intervenção que será utilizada, sendo que as intervenções de natureza psicoeducativas desenvolvem atividades de cariz mais comunitário, com o intuito de promover redes de apoio mais alargadas, de que as famílias em risco psicossocial possam beneficiar dos recursos sociais e comunitários. Outro aspeto importante, deste tipo de intervenção é a metodologia utilizada, assim como as atividades e dinâmicas desenvolvidas com os participantes. São vários os estudos que desaconselha os programas com metodologias academicistas. O trabalho com pais deve utilizar uma metodologia experiencial, a qual possibilita a troca de experiências entre os indivíduos que estão em situações similares. Esta metodologia também promove a construção de conhecimento e de aprendizagens de comportamentos alternativos e adaptativos. Por último, a intervenção grupal permite ainda economizar tempo e esforço por parte dos profissionais que fazem parte do programa (Hidalgo, et al., 2009; Rodrigo, 2015).

Almeida e colaboradores (2012) num estudo realizado em Portugal sobre os efeitos dos programas parentais observaram que: (1) as intervenções foram eficazes na promoção do bem-estar dos cuidadores e dos filhos; (2) melhora a adaptação da criança e as práticas parentais; (3) reduz o stress parental e aumentam o nível de apoio social,

assim como a rede de apoio. No entanto, uma das conclusões mais importantes deste estudo é a constatação da escassez de programas de educação parental baseados na evidência ou que cumpram os critérios internacionais de qualidade. O número de programas avaliados é reduzido sendo particularmente escassas as avaliações da efetividade (Almeida et al, 2012).

Tal como referimos anteriormente, nos últimos anos as instituições e organizações dedicadas ao estudo e à promoção do bem-estar das famílias e dos menores têm apontado a necessidade e a importância dos programas de formação parental. Reconhecendo que, este tipo de projeto pode promover uma prática parental positiva nas famílias em risco psicossocial, com o propósito de que as crianças destas famílias possam ter um desenvolvimento adequado e que ao mesmo tempo permaneçam no seu núcleo familiar.

Consideramos que os programas de formação parental devem ter uma visão positiva das famílias, representando uma fonte constante de apoio e satisfazendo as necessidades dos pais, com o intuito de promover boas competências parentais em lugar de estar focado apenas nos seus problemas e nos seus défices. No entanto, estes programas devem proporcionar provas empíricas sobre a sua eficácia e refletir as boas práticas dos profissionais.

## **Capítulo 4**

### **Estudo Um**

#### **4.1. Objetivos de estudo**

O principal objetivo deste estudo foi analisar o sentimento de competência parental (eficácia e satisfação) em famílias com menores em risco psicossocial e em famílias pertencentes à população geral;

#### **4.2. Metodologia**

##### **4.2.1 Desenho do estudo**

Realizou-se um estudo transversal, descritivo, correlacional e comparativo para proceder à descrição das variáveis relativas às competências parentais percebidas. Simultaneamente, analisou-se a possível relação entre as variáveis e estabeleceu-se comparações entre dois grupos independentes: famílias com menores em risco psicossocial e famílias pertencentes à população geral.

##### **4.2.2. Amostra**

Participaram um total de 181 pais e mães de crianças menores, selecionados de acordo com os seguintes critérios:

- Grupo de Risco – pais e mães de crianças com idade até aos 12 anos, com uma medida de promoção e proteção nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ devido à existência de situação de risco, sem gravidade suficiente que necessite de medidas de proteção de afastamento da família, integrando um total de 65 participantes;
- Grupo Geral – pais e mães de crianças com idade até aos 12 anos de idade, sem risco psicossocial conhecido, formado por 116 participantes.

##### **4.2.3. Instrumentos**

O protocolo de investigação foi administrado por entrevista às famílias, de modo individual, e incluindo dois questionários para a avaliação das questões sociodemográficas e o sentimento de competência parental.

- **Questionário Sociodemográfico**

É um questionário *ad hoc* que recolhe informação relativa à idade, sexo, nível de estudos e ocupação dos pais, composição e estrutura familiar, assim como informação relativa ao sexo e a idade da criança.

- **Escala de Competência Parental Percebida**

Utilizaremos a versão portuguesa de Nunes e colaboradores (2016) da escala *Parental Sense of Competence* (PSOC), originalmente desenvolvida por Gibaud-Waliston e Wandersman (1978) e posteriormente adaptada por Johnston e Mash (1989). O PSOC avalia a competência percebida como pai ou mãe através de duas dimensões: a eficácia e a satisfação. A dimensão “Eficácia” é composta por sete itens que avaliam em que medida o progenitor sente-se competente nesse papel (ex.: “*Apesar de ser difícil, eu já sei como se pode influenciar os filhos*”). Por sua vez, a dimensão “Satisfação” possui nove itens e pretende determinar o grau em que o pai ou a mãe se sente satisfeito com o seu papel parental (ex.: “*Com a idade que o meu filho tem, ser mãe não é agradável*”). No total, o questionário é constituído por 16 itens com seis respostas possíveis, que oscilam entre 1 (Não, discordo totalmente) e 6 (Sim, concordo totalmente). Os itens referentes à Eficácia Parental cotam-se diretamente, enquanto os relativos à Satisfação, devem ser invertidos. As pontuações mais elevadas correspondem a uma perceção superior de eficácia e satisfação parentais.

### **4.3. Resultados**

#### **4.3.1. Recolha de dados**

Os questionários mencionados, integravam um protocolo mais amplo que recolhia informação sobre as diferentes dimensões do contexto familiar, no âmbito de um projeto de investigação coordenado pela Doutora Cristina Nunes. Estes foram aplicados por vários investigadores utilizando a técnica de entrevista visto que vários participantes apresentavam um baixo nível de escolaridade e algumas dificuldades na leitura.

Todos os sujeitos foram informados sobre a natureza e objetivos do estudo, assinando um consentimento informado para a sua participação (ver Anexo I). Foram garantidos os direitos dos participantes, o seu anonimato e a confidencialidade no tratamento de dados.

### 4.3.2. Tratamento de dados

Após a recolha dos dados, os resultados foram codificados e analisados estatisticamente no programa *IBM SPSS Statistics 24*. Para a elaboração das tabelas utilizámos o Excel. Inicialmente, foi analisada a qualidade dos dados, e os dados omissos foram extrapolados utilizando o valor pedido do *SPSS* (algoritmo EM), depois de se verificar a aleatoriedade dos dados através do teste MCAR de *Little*.

Realizou-se uma análise descritiva das variáveis sociodemográficas e familiares, no âmbito da caracterização da amostra e traçar o perfil da população em estudo. Deste modo, foram calculadas as frequências absolutas e relativas, médias, desvio-padrão e valores mínimos e máximos. Para analisar as relações entre as variáveis em estudo utilizámos o coeficiente de correlação de *Pearson*. Para comparar as diferenças entre grupos utilizámos a *ANOVA*. O nível de significância considerado foi de  $p \leq ,05$  e utilizámos o  $\eta^2$  para determinar o tamanho do efeito.

### 4.3.3. Caracterização dos participantes

O grupo da população geral estava constituído por 116 participantes, dos quais 67 eram do sexo feminino e 49 do masculino, com idades compreendidas entre os 22 e os 53 anos de idade. O grupo de risco estava composto por 65 participantes, em que 47 eram do sexo feminino e 18 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 17 e os 57 anos. Tal como se observa na Tabela 1, a maioria dos participantes eram do sexo feminino, em ambos os grupos.

**Tabela 1.** Características dos participantes segundo o sexo.

	Grupo Geral (N = 116)		Grupo Risco (N = 65)		Total (N = 181)	
	N	%	N	%	N	%
Sexo						
Feminino	67	58,77	47	41,22	114	62,98
Masculino	49	73,13	18	26,87	67	37,02

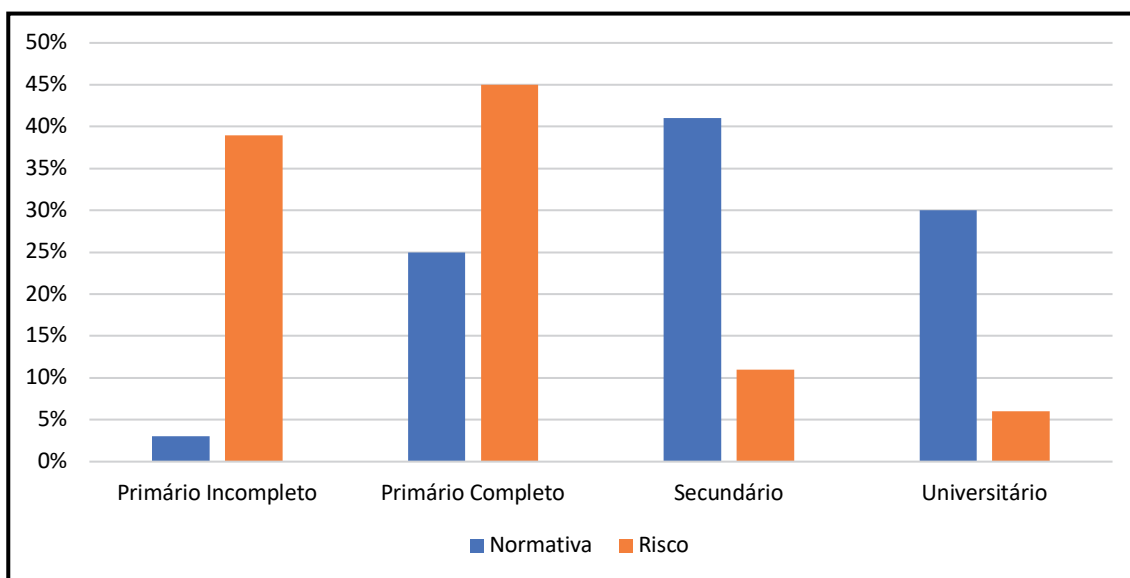
Quanto à idade dos participantes (Tabela 2), verificou-se uma maior dispersão nos valores do grupo de risco (Grupo Geral:  $M = 39,12$ ;  $DP = 6,42$ ; Grupo Risco:  $M = 36,15$ ;  $DP = 9,00$ ), sendo esta diferença significativa, de pequeno efeito [ $F(1,179) = 6,62$ ;  $p = ,011$ ;  $\eta^2 = ,04$ ].

**Tabela 2.** Características dos participantes segundo a idade.

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>
Grupo Geral	39,12	6,42	22	53
Grupo Risco	36,15	9,00	17	57

Relativamente ao nível de escolaridade dos participantes (Figura 2), a maioria dos participantes pertencentes ao grupo de risco apresentaram um nível educativo baixo, sendo que 38,5% não concluiu o ensino básico e 44,6% possuía o ensino básico completo.

No grupo geral foi possível verificar que a maioria dos participantes apresentavam um nível educativo médio e alto, sendo que 41,4% concluíram o ensino secundário e 30,2% possuía estudos universitários. Esta diferença foi estatisticamente significativa ( $X^2 = 60,87$ ;  $gl = 3$ ;  $p = ,000$ ).



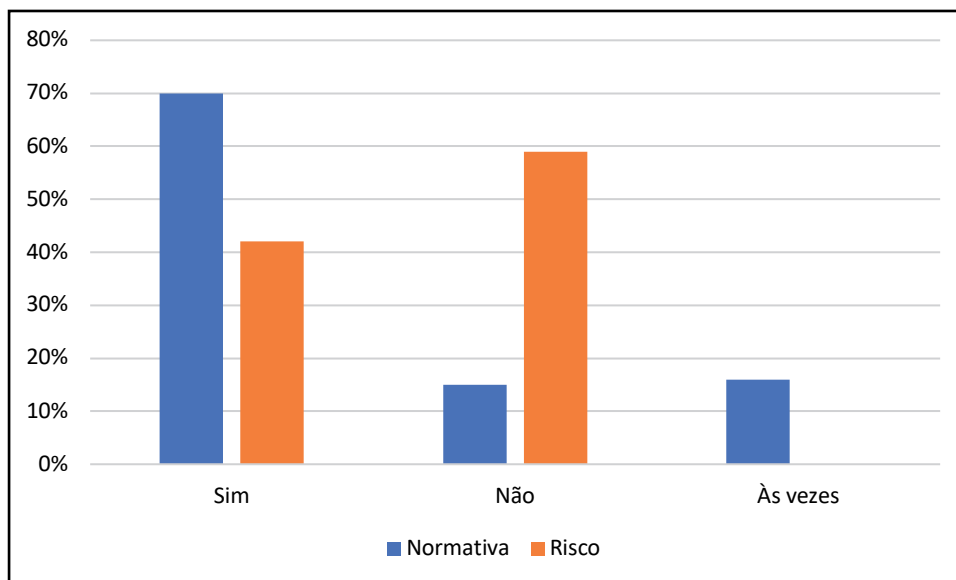
**Figura 2.** Nível de escolaridade dos participantes.

#### 4.3.4. Caracterização socioprofissional

Quanto à empregabilidade, na figura 3 é possível observar que 69,8% dos pais do grupo geral se encontravam ativos, 14,7% sem qualquer ocupação e 15,5% trabalhavam “às vezes”.

Por outro lado, no grupo de risco 41,5% estavam empregados, 58,8% desempregados e 0,0% trabalhavam “às vezes”.

Comparando ambos grupos observámos diferenças significativas, isto é, a proporção de pais das famílias desempregados em risco era maior ( $X^2 = 41,98$ ;  $gl = 2$ ;  $p = ,000$ ).



**Figura 3.** Situação de empregabilidade dos participantes.

#### 4.3.5. Caracterização da criança

Na Tabela 3 apresentamos a proporção de crianças segundo o sexo em ambos os grupos. Observa-se que no grupo de famílias em risco a proporção de rapazes era significativamente maior do que de raparigas ( $X^2 = 4,19$ ;  $gl = 1$ ;  $p = ,04$ ).

**Tabela 3.** Características da criança segundo o sexo.

	Grupo Geral (N = 116)		Grupo Risco (N = 65)	
	N	%	N	%
Sexo				
Feminino	63	54,3	25	38,5
Masculino	53	45,7	40	61,5

No que concerne à idade das crianças (Tabela 4) podemos observar que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, entre os dois grupos [ $F(1,179) = 1,762$ ;  $p = ,19$ ]. Além disso, a média de idades era de 7 anos em ambos os grupos (Grupo Geral:  $M = 7,63$ ;  $DP = 3,05$ ; Grupo Risco:  $M = 6,96$ ;  $DP = 3,55$ ).

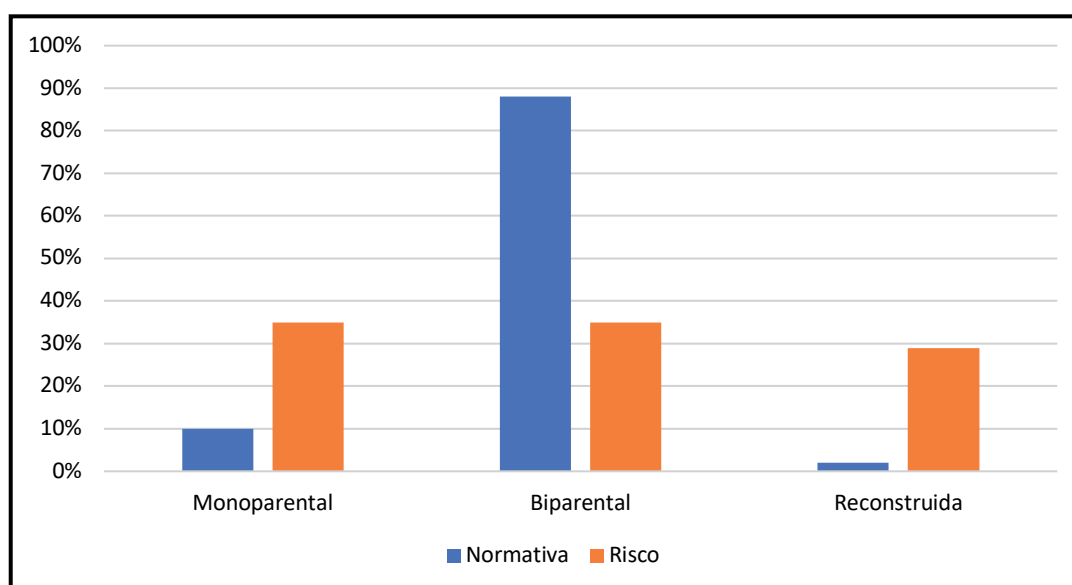
**Tabela 4.** Características da criança segundo a idade.

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>
Crianças Grupo Geral	7,63	3,05	2	12
Crianças Grupo Risco	6,96	3,55	0	12

#### 4.3.6. Caracterização familiar

Relativamente ao tipo de família, foi possível constatar que existem diferenças significativas entre os dois grupos de estudo ( $X^2 = 57,33$ ;  $gl = 2$ ;  $p = ,00$ ), sendo que no grupo geral 10% eram famílias monoparentais, 88% eram famílias biparentais e 1,7% dos participantes pertenciam a famílias reconstruídas.

Por outro lado, no grupo de risco, verificou-se que 35% eram famílias monoparentais, 35% eram famílias biparentais e 29% viviam em famílias reconstruídas (Figura 4).



**Figura 4.** Distribuição da tipologia familiar.

Ao nível das pessoas que convivem no agregado familiar (Tabela 5), podemos constatar que existe uma diferença estatística de pequeno efeito entre as duas amostras [ $F(1,179) = 5,17$ ;  $p = ,02$ ;  $\eta^2 = ,03$ ]. No grupo geral a média do número de pessoas que convivem no agregado familiar era de 3,66 ( $DP = 0,85$ ), enquanto que no grupo de risco a média de elementos era de 4,06 ( $DP = 1,56$ ).

O número de filhos variava entre 1 e 4 no grupo geral e 1 e 5 no grupo de risco (Grupo geral:  $M = 1,73$ ;  $DP = 0,66$ ; Grupo risco:  $M = 2,31$ ;  $DP = 1,09$ ) verificando-se

uma diferença significativa de efeito moderado entre os dois grupos [F (1,179) = 19,48;  $p = ,000$ ;  $\eta^2 = ,10$ ].

No que concerne ao número de menores no agregado familiar, verificamos que existem diferenças significativas, de efeito moderado, entre as duas amostras [F (1,179) = 17,56;  $p = ,00$ ;  $\eta^2 = ,09$ ]. Analisando os dados da tabela 5 é possível observar que nas famílias do grupo geral, em média, existia uma criança com idade inferior a 18 anos ( $M = 1,52$ ;  $DP = ,64$ ) e no grupo de risco havia em média duas crianças ( $M = 2,0$ ;  $DP = ,90$ )

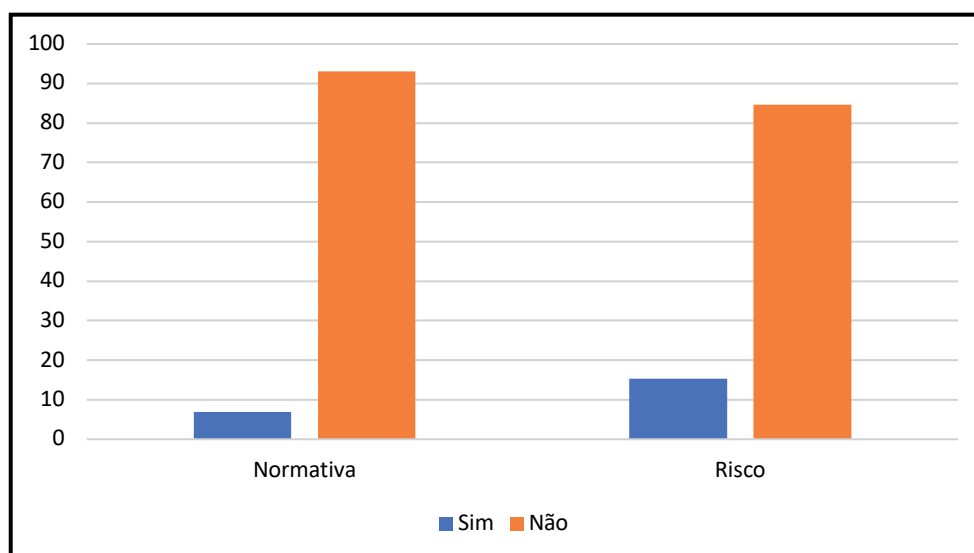
Quanto ao rendimento familiar verificou-se uma diferença significativa, de grande efeito [F (1,163) = 53,66;  $p = ,000$ ;  $\eta^2 = ,25$ ] entre as duas amostras. No grupo de risco rendimento mensal era de 872,99€, sendo que nas famílias da população geral o rendimento família ultrapassava os 1000€ mensais (Grupo Geral:  $M = 1622,91$ ;  $DP = 636,04$ ; Grupo Risco:  $M = 872,99$ ;  $DP = 648,11$ ).

**Tabela 5.** Comparação de médias das características familiares entre os dois grupos.

	Grupo Geral		Grupo Risco		F	p	$\eta^2$
	M	DP	M	DP			
N.º de filhos	1,73	0,66	2,31	1,09	19,48	,00	,10
N.º pessoas convivem	3,66	0,85	4,06	1,56	5,17	,02	,03
N.º menores no lar	1,52	0,64	2,00	0,90	17,56	,00	,09
Rendimentos mensais	1622,91	636,04	872,99	648,11	53,66	,00	,25

No que diz respeito à família extensa, é possível verificar através da análise da figura 5 que 15% dos participantes do grupo de risco contavam com a família extensa no seu núcleo familiar, sendo que no grupo normativo apenas 7%.

Analisando os resultados verificamos que existem uma diferença residual não significativa entre os dois grupos ( $X^2 = 3,35$ ;  $gl = 1$ ;  $p = ,067$ ).



**Figura 5.** Família extensa no agregado familiar.

#### 4.3.7. Comparação da satisfação e eficácia parental entre os dois grupos

Comparando as competências parentais percebidas nos dois grupos (Tabela 6), verificou-se que os pais do grupo de risco tinham uma percepção sobre a sua eficácia mais elevada ( $M = 32,47$ ;  $DP = 5,82$ ), no entanto ao nível da satisfação tinham uma baixa percepção comparativamente ao grupo geral ( $M = 36,14$ ;  $DP = 7,37$ ). Estas diferenças foram estatisticamente significativas entre as duas dimensões (Eficácia:  $p = ,02$ ;  $\eta^2 = ,03$ ; Satisfação:  $p = ,01$ ;  $\eta^2 = ,04$ ).

**Tabela 6.** Comparação dos valores médios das dimensões da Escala de Competências Parentais Percebidas.

	Grupo Geral		Grupo Risco		$F$	$p$	$\eta^2$
	$M$	$DP$	$M$	$DP$			
Eficácia Parental	30,57	4,65	32,47	5,82	5,65	,02	,03
Satisfação Parental	38,72	5,50	36,14	7,37	7,12	,01	,04

#### 4.3.8. Relação entre a satisfação e eficácia parental

Observámos uma relação positiva e significativa entre as dimensões eficácia e satisfação tanto nas famílias da população geral ( $r = ,33$ ;  $p = ,000$ ) (Tabela 7), como nas famílias de risco ( $r = ,42$ ;  $p = ,000$ ) (Tabela 8). Sugerindo que, os participantes que se

sentiam mais eficazes na tarefa de educar os seus filhos estavam mais satisfeitos com o seu papel parental.

**Tabela 7.** Índices de correlação entre as dimensões da Escala de Competências Parentais Percebidas nas famílias da população geral ( $N = 116$ ).

	1	2
1. Eficácia Parental	-	,33***
2. Satisfação Parental		-

\*  $p < ,05$ ; \*\*  $p < ,005$ ; \*\*\*  $p < ,001$

**Tabela 8.** Índices de correlação entre as dimensões da Escala de Competências Parentais Percebidas nas famílias de risco ( $N = 65$ ).

	1	2
1. Eficácia Parental	-	,42***
2. Satisfação Parental		-

\*  $p < ,05$ ; \*\*  $p < ,005$ ; \*\*\*  $p < ,001$

Não observámos relações significativas em nenhum dos grupos entre a idade da criança, a satisfação ( $r_{FamRisco} = -,04, p = n.s.$ ;  $r_{FamGeral} = ,10, p = n.s.$ ) e a eficácia parental ( $r_{FamRisco} = -,05, p = n.s.$ ;  $r_{FamGeral} = ,07, p = n.s.$ ).

#### **4.3.9. Relação entre as variáveis sociodemográficas dos participantes e as competências parentais percebidas**

Ao realizar a comparação entre as variáveis sociodemográficas e as dimensões do instrumento PSOC verificámos que os participantes do grupo geral se sentiam mais satisfeitos no seu papel parental quando o filho era rapaz (Satisfação:  $M = 39,13$ ;  $DP = 5,72$ ). Por outro lado, no grupo de risco é possível constatar que estes se sentem mais eficazes e satisfeitos quando o filho é uma rapariga (Eficácia:  $M = 34,40$ ;  $DP = 3,53$ ; Satisfação:  $M = 37,12$ ;  $DP = 7,36$ ).

Observamos que no grupo de risco existiu uma ligeira diferença estatisticamente significativa na dimensão Eficácia [ $F(1,63) = 4,84$ ;  $p = ,03$ ;  $\eta^2 = ,07$ ] (Tabela 9).

**Tabela 9.** Comparação dos valores médios segundo o sexo da criança entre os dois grupos.

<b>Grupo geral</b>	Rapariga (N = 63)		Rapaz (N = 53)		<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta^2$
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
PSOC Eficácia	30,77	4,39	30,32	4,96	,277	,60	-
PSOC Satisfação	38,36	5,33	39,13	5,72	,557	,46	-

<b>Grupo de risco</b>	Rapariga (N = 25)		Rapaz (N = 40)		<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta^2$
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
PSOC Eficácia	34,40	3,53	31,22	6,63	4,84	,03	,07
PSOC Satisfação	37,12	7,36	35,52	7,40	,717	,40	-

Nomeadamente ao sexo dos participantes não se observaram diferenças significativas em ambos os grupos (tabela 10).

**Tabela 10.** Comparação dos valores médios do sexo dos participantes entre os dois grupos.

<b>Grupo geral</b>	Mulher (N = 67)		Homem (N = 49)		<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta^2$
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
PSOC Eficácia	30,67	3,91	30,41	5,54	,101	,75	-
PSOC Satisfação	39,01	5,39	38,31	5,68	,467	,49	-

<b>Grupo de risco</b>	Mulher (N = 47)		Homem (N = 18)		<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta^2$
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
PSOC Eficácia	32,77	6,00	31,61	5,40	,508	,48	-
PSOC Satisfação	36,53	7,88	35,11	5,90	,480	,49	-

#### 4.4. Discussão

Este estudo teve como objetivo principal explorar a influência das características do contexto familiar das famílias em risco psicossocial e de famílias da população geral, assim como o sentimento de competência parental.

De forma geral, observámos que nas famílias da população geral, na sua maioria eram famílias biparentais (88%), com um nível educativo médio-alto (30% dos participantes tinham o ensino superior) e 70% encontravam-se empregados. Estas famílias em média tinham 2 filhos e com rendimentos na média dos 1600€.

Verificou-se que as famílias em risco psicossocial eram, maioritariamente, monoparentais (35%), possuíam um baixo nível educativo e uma elevada taxa de

desemprego (59%). Estas famílias tinham em média dois filhos e com um rendimento familiar mensal médio de 800€. Estes resultados são apoiados pelos estudos realizados em Portugal com famílias em risco psicossocial (Macedo et al., 2013; Nunes, Lemos, Ayala-Nunes & Costa, 2013; Nunes & Ayala-Nunes, 2015) e em Espanha (Hidalgo et al., 2009; Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodriguez, 2006; Rodrigo, Martín, Cabrera, & Máiquez, 2009).

Ao analisar-se as competências parentais percebidas observou-se que, as famílias de risco tinham uma elevada perceção ao nível da eficácia e uma baixa perceção no seu papel parental comparativamente as famílias da população geral. Estes resultados estão em conformidade com os dados apresentados em estudos anteriores. Segundo Ayala-Nunes et al. (2014) estes resultados não são contraditórios, uma vez que a maioria destes pais lida com situações adversas (por exemplo, precariedade económica, desemprego prolongado, etc.) e conseguir educar e cuidar os filhos com estas limitações pode contribuir para aumentar os sentimentos de eficácia dos progenitores. Outro aspeto a ser mencionado, é que estes pais têm uma visão distorcida do que é ser um pai/mãe competente ou têm uma visão idealizada das suas competências (Martín et al., 2004).

Na presente investigação, verificámos que a eficácia parental se correlacionou positivamente com a satisfação parental, sugerindo que os pais que se sentiam mais eficazes na tarefa de educar os seus filhos estavam mais satisfeitos com o seu papel parental. De acordo com, Jones e Prinz (2004) os pais com elevados níveis de eficácia expressam mais segurança no exercício de uma parentalidade mais eficaz, o que consequentemente se traduz em melhores resultados para o desenvolvimento e para o bem-estar da criança. No entanto, os pais com níveis mais baixo de eficácia julgam que é mais difícil e complicado o seu papel parental, manifestando-se em experiências de frustração para os progenitores e em ambientes pouco estimulantes para a criança.

Simultaneamente constatou-se que, não existe uma relação significativa entre a idade da criança e as dimensões satisfação e eficácia.

Esperamos que este estudo contribua com informações pertinentes que ajudem a um maior conhecimento das famílias, particularmente no que se refere ao sentimento de competência parental.

## **Capítulo 5**

### **Estudo Dois**

#### **5.1. Objetivos de estudo**

##### **5.1.1. Objetivo Geral**

Este estudo teve como principal objetivo analisar a eficácia do Programa de Formação em Competências Parentais, implementado pelo Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de VRSA em colaboração com Centro Saúde, Educação e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ.

Esta intervenção caracterizou-se pela sua natureza psicoeducativa, informativa e de lazer cujos objetivos foram promover competências parentais percebidas e bem-estar da família.

É um programa com acessibilidade seletiva (Gordon, 1987), com financiamento próprio do serviço e estável que já vai na 9ª edição. Foi composto por 15 sessões de duas horas cada, realizadas três vezes por semana. Foi utilizada a metodologia academicista: exposições orais com diapositivos, visionamento de vídeos, debate em grande grupo, embora também fossem utilizadas algumas dinâmicas de grupo e exercícios práticos. Os conteúdos das sessões incluíram: estilos e práticas educativas, competências parentais, alimentação saudável, prática de desporto, sucesso escolar, violência, sexualidade, economia doméstica, uso de internet. Foi aplicado por diferentes profissionais: Psicólogos, Enfermeiras, Professores e Trabalhadores Sociais.

##### **5.1.2. Objetivos Específicos**

Foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o perfil sociodemográfico e familiar das famílias participantes no programa;
- Analisar as mudanças produzidas pelo programa de intervenção nas competências parentais percebidas, ao nível da eficácia e da satisfação parental.

#### **5.2. Metodologia**

##### **5.2.1. Desenho do estudo**

Cumpriu-se com a metodologia de um estudo quási-experimental com pré-teste e pós-teste aos participantes. No que diz respeito, ao intervalo de avaliação, esta foi

executada em dois momentos: no início e no final do programa. Este foi, portanto, um estudo empírico com uma metodologia de inquérito seletiva.

### **5.2.2. Amostra**

A amostra deste estudo foi constituída por 13 mães e pais que frequentaram a 10.<sup>a</sup> edição do programa de formação de competências parentais.

### **5.2.3. Instrumentos**

Para a realização deste estudo foram utilizados os seguintes instrumentos:

- **Questionário Sociodemográfico**

É um questionário *ad hoc* que recolhe informação relativa à idade, sexo, nível de estudos e ocupação dos pais, composição e estrutura familiar, bem como informação relativa ao sexo e a idade da criança.

- **Escala de Competência Parental Percebida**

Utilizámos a versão portuguesa de Nunes e colaboradores (2016) da escala *Parental Sense of Competence* (PSOC), originalmente desenvolvida por Gibaud-Walston e Wandersman (1978) e posteriormente adaptada por Johnston e Mash (1989). A descrição do instrumento pode ler-se no capítulo 4 (pág. 12).

## **5.3. Resultados**

### **5.3.1. Recolha de dados**

Os instrumentos descritos anteriormente foram aplicados antes e após o final da intervenção, através de uma entrevista individual por vários colaboradores do projeto orientado pela Doutora Cristina Nunes, com intuito de prestar esclarecimentos caso os pais tivessem alguma dificuldade durante o preenchimento dos questionários. Estas entrevistas foram realizadas de forma individual, nas instalações da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Todos os participantes preencheram o consentimento informado por escrito (ver Anexo 2) e foram informados sobre a natureza do estudo, dos riscos e dos benefícios e a utilização de dados. Foram garantidos os direitos dos participantes, o seu anonimato e a confidencialidade no tratamento de dados. A participação no estudo foi voluntária e os participantes foram informados que poderiam desistir em qualquer momento, sem qualquer tipo de consequências negativas.

### 5.3.2. Tratamento de dados

Os dados foram codificados utilizando o programa *IBM SPSS – 24* e para a representação gráfica foi utilizado o programa Excel.

Dado o reduzido número de casos, e por não se terem verificado os pressupostos estatísticos para as análises paramétricas segundo as recomendações de Tabachnick e Fidell's (2007), foi utilizado o teste não paramétrico Wilcoxon emparelhado para comparar os dados do pré e pós-teste. Os resultados foram considerados significativos se  $p \leq ,05$ . O tamanho do efeito foi calculado para esclarecer o grau de precisão e fiabilidade estatística da relação entre as variáveis.

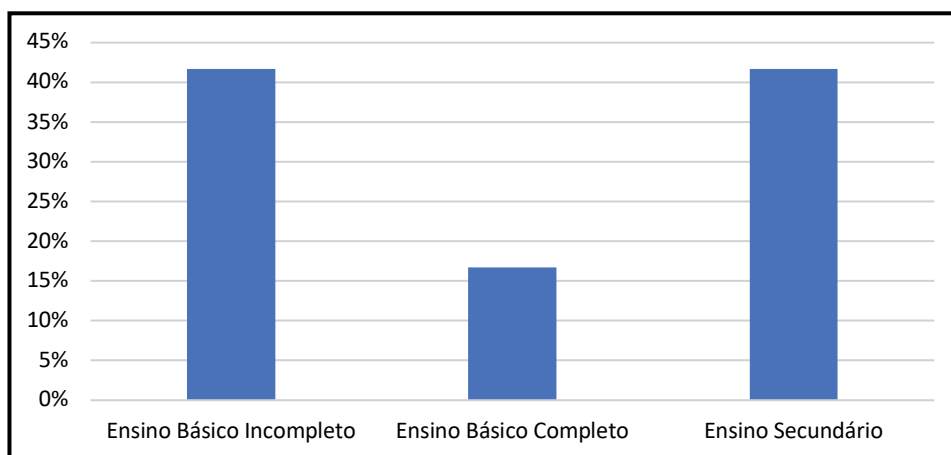
### 5.3.3. Caracterização dos participantes

Participaram 13 pessoas, 9 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 27 e os 68 anos ( $M = 43,58$ ;  $DP = 10,61$ ). Visto isto é possível verificar que a comparação entre os sexos mostra uma predominância de participantes do sexo feminino (Tabela 11).

**Tabela 11.** *Análise das características dos participantes segundo o sexo.*

		N	%
Sexo	Feminino	9	75,00
	Masculino	3	25,00
Total		12	100

Relativamente ao nível de escolaridade dos participantes 41,7% não tinham completado o ensino básico, 16,7% havia completado o ensino básico e 41,7% possuía o ensino secundário (Figura 6).



**Figura 6.** *Nível de escolaridade dos participantes.*

No que diz respeito à situação marital, 56,4% eram casados ou viviam em união de facto, 10,8% estavam divorciados ou separados e 8,3% eram solteiros (Tabela 12). Os cônjuges apresentavam idades médias de 43,29 anos ( $DP = 12,78$ ), variando entre os 27 e os 64 anos. Os cônjuges apresentavam idades médias de 43,29 anos ( $DP = 12,78$ ), variando entre os 27 e os 64 anos.

**Tabela 12.** *Análise descritiva do estado civil dos participantes.*

		N	%
Estado Civil	Solteiro	1	8,3
	Casado/União facto	7	58,3
	Divorciado/Separado	4	33,3
Total			100

#### **5.3.4. Caracterização socioprofissional**

No que concerne a situação profissional a maioria eram ativos e desempregados (54,50%), em média há 32,50 meses (Min = 3; Máx = 60;  $DP = 21,50$ ), seguindo-se de ativos e empregados (27,30%) e de inativos (18,20%). Os que trabalhavam tinham uma qualificação baixa (30,80%), 8% tinham regularidade no trabalho e apenas 15,40% possui contrato de trabalho (Tabela 13).

Relativamente à situação profissional dos cônjuges, 50% eram inativos, apenas 37,50% eram ativos e 12,50% ativos e desempregados. Por outro lado, 15,40% tinham trabalhos de baixa qualificação e não possuíam contrato de trabalho (15,40%). No que diz respeito à regularidade trabalho, 8% respondeu afirmativamente, enquanto 15% indicou não o ter (Tabela 13). Nenhum dos desempregados beneficiava de subsídio de desemprego.

**Tabela 13.** *Análise descritiva das características laborais.*

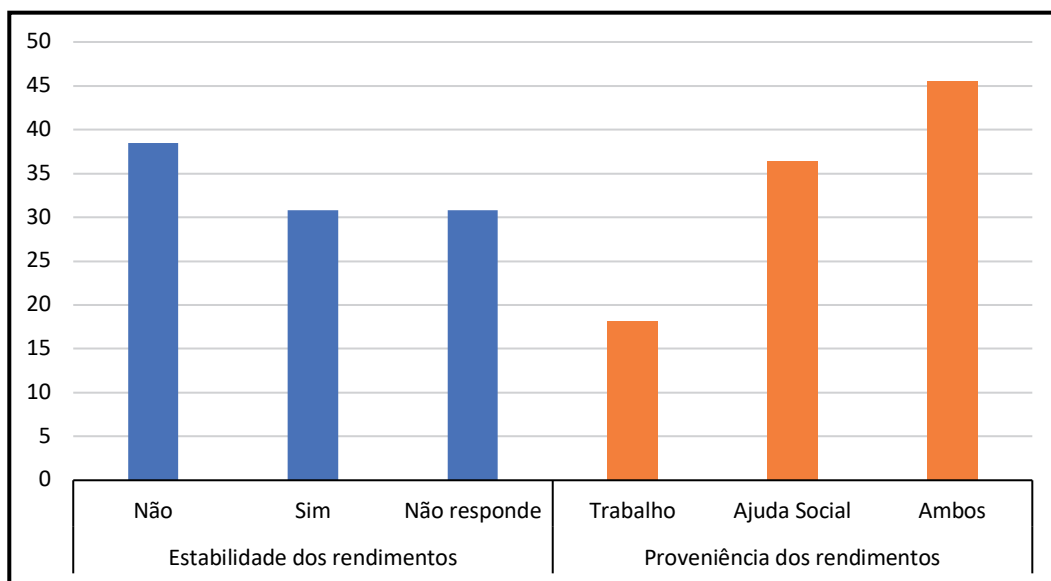
		Participante		Cônjuge	
		N	%	N	%
Situação Profissional	Inativo	2	18,20	4	50,00
	Ativo e desempregado	6	54,50	1	12,50
	Ativo	3	27,30	3	37,50
Qualificação	Não qualificados	4	30,80	2	15,40
	Regular	0	0,00	0	0,00
	Não responde	9	69,20	11	84,60
Regularidade do Trabalho	Não regular	2	15,40	2	15,40
	Regular	1	7,70	1	7,70
	Não responde	10	76,90	10	76,90
Contrato Trabalho	Não	1	7,70	2	15,40
	Sim	2	15,40	1	7,70
	Não responde	10	76,90	10	76,90
Subsídio de desemprego	Não	7	53,80	4	30,80
	Sim	0	0,00	0	0,00
	Não responde	6	46,20	9	69,20

Quanto ao rendimento médio mensal do agregado familiar este variou entre 150€ e 950€, com valores médios de 503,27€ ( $DP = 220,21€$ ), com uma contribuição média mensal de 274,00€ por parte do cônjuge ( $Min = 60€$ ;  $Max = 530€$ ;  $DP = 194,37$ ) (Tabela 14).

**Tabela 14.** *Análise descritiva dos rendimentos dos participantes.*

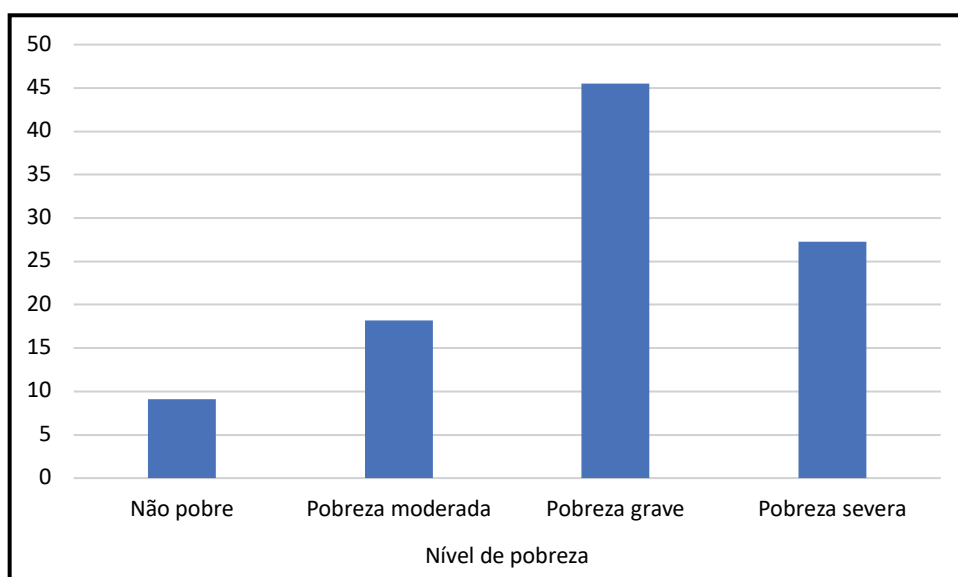
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min – Max</i>
Valores	Mensal Companheiro	274,00€	194,37€	60€ – 530€
	Mensal Total	503,27€	220,21€	150€ – 950€
	Anual	6039,27€	2642,5€	1800€ – 11400€

Estes rendimentos eram estáveis para 30,80% dos participantes, no entanto para 45,5% provinham do trabalho e de ajudas sociais, para 18% do trabalho e para 36,4% apenas de ajudas sociais (Figura 7).



**Figura 7.** Estabilidade e proveniência dos rendimentos dos participantes.

Maioritariamente, todos os participantes se encontravam abaixo do limiar de pobreza<sup>1</sup> (90%). Em 18,20% dos casos tratava-se de pobreza moderada, 45,50% de pobreza grave e em 27,30% de pobreza severa (Figura 8).

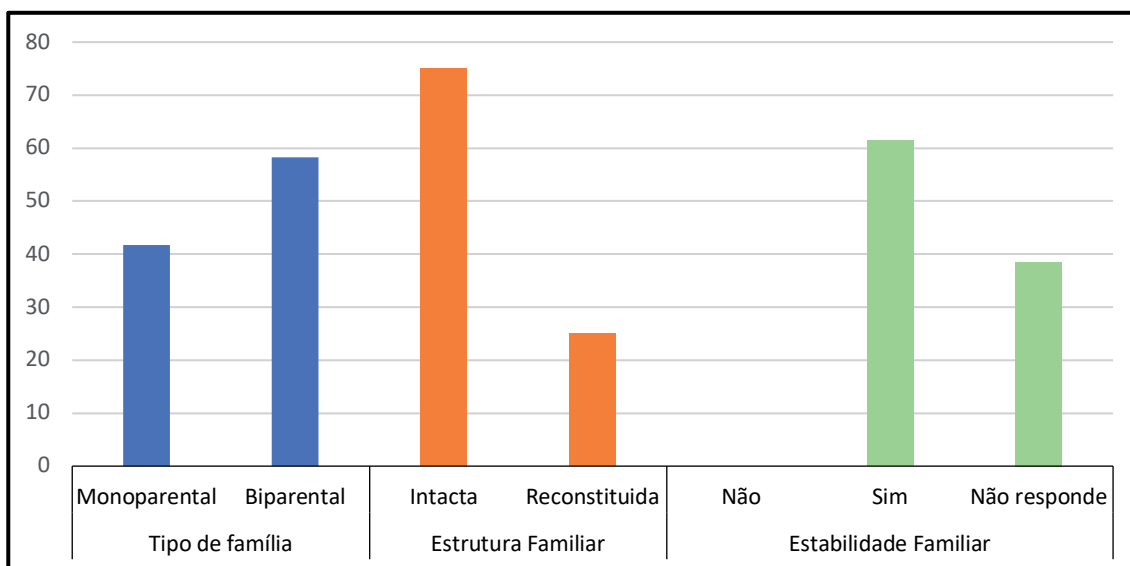


**Figura 8.** Nível de pobreza dos participantes.

<sup>1</sup> Definimos o grau de pobreza em função do quociente entre os rendimentos anuais por pessoa e a mediana nacional. Os limiares são pobreza moderada < 60%, grave < 40% e extrema < 25% da mediana nacional.

### 5.3.5. Caracterização familiar

Quanto ao tipo de família a maioria era biparental (53,8%), intacta (75%) e 61,50% considerava que existia estabilidade familiar, no entanto 38,50% decidiram não responder (Figura 9).



**Figura 9.** Características do agregado familiar.

Relativamente à composição do agregado familiar, estas em média tinham três filhos, o número de pessoas que conviviam em média, era de quatro e apenas 7,7% vivia com a família extensa (Tabela 15).

**Tabela 15.** Análise descritiva da composição do agregado familiar dos participantes.

		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min – Max</i>
Composição	Número de filhos	2,83	1,4	1 – 6
	Pessoas que convivem	4,08	1,93	2 – 8

### 5.3.6. Análise das competências parentais percebidas no pré-teste e no pós-teste

Quando analisamos a Tabela 16 é possível observar que os níveis apresentados se situam no nível médio-alto, quer ao nível da eficácia quer ao nível da satisfação.

Comparando os resultados obtidos nos dois momentos de avaliação (pré e pós-teste), verificou-se que os participantes diminuiram ligeiramente a sua percepção

relativamente ao nível da eficácia (Pré:  $M = 4,55$ ;  $DP = 0,70$ ; Pós:  $M = 4,39$ ;  $DP = 0,91$ ) e aumentaram levemente no nível de satisfação (Pré:  $M = 4,24$ ;  $DP = 1,00$ ; Pós:  $M = 4,57$ ;  $DP = 0,79$ ), mas estas diferenças não apresentaram significância estatística (Eficácia:  $p = ,129$ ;  $r = ,57$ ; Satisfação:  $p = ,127$ ;  $r = ,58$ ).

Podemos concluir que o programa não teve impacto significativo nas competências parentais percebidas.

**Tabela 16.** Comparação dos valores médios das dimensões do PSOC.

	Pré-teste		Pós-teste		Z	p	r
	M	DP	M	DP			
Eficácia	4,55	0,70	4,39	0,91	-1,52	,129	,57
Satisfação	4,24	1,00	4,57	0,79	-1,53	,127	,58

#### 5.4. Discussão

Esta investigação teve como objetivo analisar as mudanças produzidas pelo programa de intervenção parental ao nível das competências parentais percebidas.

Quando analisámos as características sociodemográfico dos participantes deste estudo observamos que é um grupo bastante vulnerável, que vive com dificuldades económicas e laborais. Os indivíduos detêm um baixo nível de escolaridade, o que lhes proporciona apenas empregos de baixa de qualificação. Contudo, o grupo está, na sua grande maioria, enquadrado na taxa de desemprego. Estas famílias vivem abaixo do limiar da pobreza, sendo que 46% são graves e 27% são de pobreza extrema. Estes resultados vão de encontro com as investigações realizadas com outras populações, particularmente o das famílias em risco psicossocial algarvias (Nunes e Ayala-Nunes, 2015) e andaluzas (Menéndez et al., 2010).

Ao analisarmos as competências parentais percebidas observamos níveis médio-alto, tanto ao nível da eficácia como ao nível da satisfação em ambos os momentos de avaliação. Isto poderá relacionar-se com o facto de conseguir criar e educar os seus filhos em ambientes adversos (elevadas taxas de desemprego, pressão económica, ausência de apoio, entre outros), pode contribuir para aumentar os sentimentos de eficácia nestes progenitores, contudo estes pais também podem ter uma visão idealizadas ou distorcida do que é ser um pai/mãe competente. Por outro lado, é provável que estas famílias por questões de desajustabilidade social, tenham referido sentir-se mais eficazes do que se

sentem na realidade (Ayala-Nunes et al., 2014; Martín et al., 2004; Nunes & Ayala-Nunes, 2015).

Estes resultados não foram estatisticamente significativos por duas razões; por um lado devido ao número reduzido de participantes, o que não permitiu uma análise mais exaustiva dos resultados – sendo que acreditamos que uma amostra maior nos permitiria observar maiores diferenças nos dois momentos de avaliação; e, por outro lado, as características do programa.

Relativamente às características do programa, observámos alguns aspetos que consideramos pouco eficazes para a promoção de uma parentalidade positiva, tais como: a metodologia utilizada ser académica, o que não permite a participação ativa dos participantes, uma vez que este tipo de metodologia está direcionada apenas a transmissão de conhecimento num cenário de aprendizagem formal (Hidalgo & Jiménez, 2019); os conteúdos abordados estão pouco direcionados para a promoção da parentalidade positiva e são de cariz teórico e pouco práticos que não permite a troca de ideias entre os participantes; o número de sessões e a periodicidade reduzida impossibilita que os participantes possam interiorizar os conteúdos abordados; e a falta de formação dos profissionais que lhes impediu de aperfeiçoar técnicas de comunicação e dinâmicas de grupos.

## Capítulo 6

### Conclusões gerais e Limitações

A família é o primeiro espaço de interação social do ser humano e não há dúvidas de que é o contexto ideal para o desenvolvimento dos indivíduos. Assim, importa considerar o impacto do papel de cada cuidador no bem-estar das crianças.

Ao analisarmos o perfil sociodemográfico verificou-se que as famílias em risco psicossocial, em ambos os estudos, apresentavam características similares aos de outras investigações (Nunes et al., 2015; Menéndez et al., 2010). Posto isto, os nossos dados revelam que estas famílias são um grupo bastante vulnerável, com dificuldades ao nível económico e laboral, possuem uma taxa elevada de desemprego e aqueles que se encontram empregados possuem trabalhos de baixa qualificação. Estas características sociodemográficas têm influência na educação, no desenvolvimento da criança e no ambiente familiar, uma vez que compromete a capacidade dos pais em exercer uma parentalidade positiva e adequada.

Em relação às competências parentais percebidas conseguimos constatar que no estudo um, as famílias que se sentiam mais eficazes na sua tarefa de educar os seus filhos estavam mais satisfeitas com o seu papel parental. A literatura refere que, pais com níveis elevados de eficácia expressam mais segurança e menos ansiedade no exercício de uma parentalidade mais positiva, o que consequentemente se revela em melhores resultados para o desenvolvimento da criança. Oliveira e Costa (2005) afirmam que a satisfação parental também depende das expectativas do progenitor, isto é, se um pai julgar o seu desempenho parental melhor do que esperava sentir-se-á mais satisfeito.

Relativamente ao estudo dois, concluímos que após a intervenção do programa de formação parental os participantes sentiram-se mais satisfeitos com o seu papel de pai. No entanto estas diferenças não foram significativas, muito provavelmente devido a metodologia utilizada no programa, as próprias características do grupo (amostra muito pequena), a fatores contextuais ou a própria interpretação dos participantes com o seu desempenho como pai/mãe.

Podemos concluir que o programa tem potencialidades para promover uma parentalidade positiva e mais adequada. Contudo, consideramos que deveria integrar alguns aspetos de forma a que se torne um programa mais efetivo e que possa promover níveis mais elevados de satisfação nos pais que participam.

Recomendamos que se recorra a uma metodologia experiencial, participativa e flexível, com atividades mais práticas e interativas (vídeos, role-play, etc.) que, envolva

a participação ativa dos participantes e que possa promover a reflexão e a troca de ideias. Os programas que utilizam este tipo de metodologia são mais eficazes para promover uma parentalidade mais positiva (Hidalgo & Jiménez, 2019). Sugerimos, também, que as temáticas abordadas nas sessões sejam orientadas para a parentalidade positiva e para as competências parentais.

Outro aspeto relevante, é a regularidade do programa, isto é, aconselhamos que as sessões tenham uma periodicidade semanal e que decorra durante um período maior de tempo, para que os pais consigam de forma eficaz interiorizar os conteúdos abordados nas sessões, o que conseqüentemente se transmitirá em mudanças de comportamentos mais adaptativas e positivas.

Ao nível das limitações, no estudo dois, destacamos o facto de a amostra ser bastante reduzida. Inicialmente estávamos à espera de 25 participantes, mas só participaram 13 pais.

Consideramos que intervir com as famílias, através da implementação de programas de formação parental pode apoiar os pais no exercício de uma parentalidade mais positiva, promovendo as suas relações interpessoais, o funcionamento da dinâmica familiar e o fortalecimento do desenvolvimento infantil.

## Capítulo 7

### Referências Bibliográficas

Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A., Brandão, T., Cruz, O., Gaspar, M., & Santos, M. (2010). *Avaliação de intervenções de educação parental: Relatório 2007-2010*. Retirado de [https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=44610](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=44610)

Almeida, A., Abreu-Lima, I., Cruz, O., Gaspar, M., Brandão, T., Alarcão, M., Santos, M. & Machado, J. (2012). Parent education interventions: Results from a national study in Portugal. *European Journal of Developmental Psychology*, 9(1), 135-149.

Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.

Ayala-Nunes, A., Hidalgo, V., Jiménez, L., & Jesus, S. N. (2016). Psychosocial profile of spanish and portuguese family preservation users: An analysis of needs and intervention clues. *Journal of Spatial and Organizational Dynamics*, 4 (1).

Ayala-Nunes, A., Lemos, I., & Nunes, C. (2014). Predictores del estrés parental en madres de familias em riesgo psicosocial. *Universitas Psychologica*, 13(2), 529-539. doi:10.11144/Javeriana. UPSY13-2.pepm.

Barroso R. G. & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52 (1), 211-229.

Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55(1), 83-96.

Camilo, C., Garrido, M. & Sá, M. (2013). Avaliação de um programa de desenvolvimento de competências parentais. *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, investigação e intervenção*, 3, 209-237.

Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2003). Maternal self-efficacy beliefs, competence in parenting, and toddlers' behavior and developmental status. *Infant Mental Health Journal*, 24(2), 126-148

Comité de Ministros do Conselho da Europa (2006). Recomendación Rec (2006) 19 del Comité de Ministros a los Estados Miembros sobre políticas de apoyo al ejercicio positivo de la parentalidad. Retirado de <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1073507>.

Coutinho, T. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise Psicológica*, 22 (1), 55-64.

Chaffin, M., Bonner, B. & Hill, R. (2001). Family preservation and family support programs: Child maltreatment outcomes across client risk levels and program types. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1269-1289.

Gilmore, L. A. & Cuskelly, M. (2008). Factor structure of the parenting sense of competence scale using a normative sample. *Child: Care, Health and Development*, 38 (1), 48-55.

Gordon, R. (1987). An operational classification of disease prevention. In A. Steinberg and M.M. Silverman (Eds.) *Preventing Mental Disorders*. Rockville, MD: U.S. Department of Health and Human Services.

Hidalgo, M.V. & Jiménez, L. (2019). Os programas de educação e apoio parental como recurso para a promoção da parentalidade positiva com famílias em situação de risco psicossocial. In C. Nunes & L. Ayala-Nunes, (Coords.), *Famílias em risco. Avaliação e intervenção psicoeducativa* (Cap. 6, pp. 173-205). Faro: Silabas e Desafios.

Hidalgo, M.V., Menéndez, S., Sánchez, J., Lorence, B. & Jiménez, L. (2009). La intervención con familias en situación de riesgo psicossocial. Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología*, 27 (2-3), 413-426.

Hidalgo, M. V., Sánchez, J., Lorence, B., Menéndez, S. & Jiménez, L. (2014). Evaluación de la implementación del Programa Formación y Apoyo Familiar en Servicios Sociales. *Escritos de Psicología*, 7 (3), 33 – 41. doi: 10.5231/psy.writ.2014.1211.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2007). *Políticas para a infância em Portugal na área da segurança social*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I. P.

Johnston, C., & Mash, E. J. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical and Child Psychology*, 18, 167-175.

Lei de Proteção à Infância de 27 de Maio de 1911. Diário do Governo. Lisboa, 14 de Junho de 1911, núm. 137, pp. 1316-1331.

Lei nº 147/99 de 1 de Setembro. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Diário da República, 1ª série A. Lisboa, 1 de setembro, núm. 204, pp. 6115-6132.

Lei nº 142/2015 de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº 147/99. Diário da República, 1.ª série. Lisboa, 8 de setembro, núm. 175, pp.7198-7212.

López, I., Menéndez, S., Lorence, B., Jiménez, L., Hidalgo, V. & Sánchez, J. (2007). Evaluación del apoyo social mediante la escala ASSIS: Descripción y resultados en una muestra de madres en situación de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial*, 16 (3), 323-337.

Macedo, C., Nunes, C., Costa, D., Nunes, L. A., & Lemos, I. (2013). Apoio social, acontecimentos stressantes, adaptabilidade e coesão em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14, 304-312.

Menéndez, S., Arenas, A., Pérez, J., & Lorence, B. (2012). Madres usuárias de servicios de preservación familiar: perfil sociodemográfico y evolución. *Cuadernos de Trabajo Social*, 25(1), 193-203.

Menéndez, S., Hidalgo, M. V., Jiménez, L., Lorence, B. & Sánchez, J. (2010). Perfil psicosocial de familias en situación de riesgo. Un estudio de necesidades con usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *Anales de Psicología*, 26(2), 378-389.

Menéndez, S., Jiménez, L. & Hidalgo, M. V. (2011). Estructura factorial de la escala PSOC (Parental Sense of Competence) en una muestra de madres usuarias de servicios de preservación familiar. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 32 (2), 187-204.

Martín-Quintana, J., Máiquez, L., Rodrigo, J., Byrne, S., Rodríguez, B. & Rodríguez, G. (2009). Programas de Educación Parental. *Intervención Psicosocial*, 18 (2), 121-133.

Martín, J., Máiquez, L., Rodrigo, J., Correa, A., Rodríguez, G. (2004). Evaluación del programa “Apoyo personal y familiar” para madres y padres en situación de riesgo psicosocial. *Infancia y Aprendizaje*, 27 (4), 437- 445.

Nunes, C. & Ayala-Nunes, L. (Coords.) (2019). *Famílias em risco. Avaliação e intervenção psicoeducativa*. Faro: Silabas e Desafios.

Nunes, C. & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: Desafios para a avaliação e intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 95-107.

Nunes, C. & Ayala-Nunes, L. (2016). Parenting sense of competence in at psychosocial risk families and child well-being. *Bordón*. doi: 10.13042/Bordon.2016.48589.

Nunes, C., Jiménez, L., Menéndez, S., Ayala-Nunes, L., & Hidalgo, V. (2016). Psychometric properties of an adapted version of the parental sense of competence (PSOC) scale for Portuguese at-risk parents. *Journal Child & Family Social Work*, 21, 433–441.

Nunes, C., Lemos, I., Ayala-Nunes, L., & Costa, D. (2013). Acontecimentos de vida stressantes e apoio social em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 14(2), 313-320.

Ohan, J. L., Leung, D. W., & Johnston, C. (2000). The Parenting Sense of Competence scale: Evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioural Science / Revue canadienne des sciences du comportement*, 32(4), 251-261

Oliveira, J. & Costa, M. E. (2005). Estilos de Vinculação e Percepções de Satisfação com os papéis parental e conjugal em tríades de famílias intactas. *PSICOLOGIA*, Edições Colibri, Lisboa, 18(2), 57-74.

Pérez-Padilla, J., Ayala-Nunes, L., Hidalgo, M. V., Nunes, C., Lemos, I., & Menéndez, S. (2015). Parenting and stress: A study with Spanish and Portuguese at-risk families. *International Social Work*, 1-14. doi: 10.1177/0020872815594220.

Pérez-Padilla, J., Hidalgo, M., & Menéndez, S. (2012). Estrés parental en familias en riesgo psicosocial. El papel del lugar de control como progenitor. *Ansiedad y Estrés*, 18(1), 55-67.

Pérez, J., Lorence, B., & Álvarez-Dardet, S. (2010). Estrés y competencia parental: Un estudio con madres y padres trabajadores. *Suma Psicológica*, 17(1), 47-57.

Peña, M., Máiquez, M. L., & Rodrigo, M. J. (2014). Efectos de la inclusión de contenidos de desarrollo personal en un programa de educación prenatal para familias en riesgo psicosocial. *Anales de psicología*, 30(1), 201-210.

Rodrigo, M.J. (Coord.) (2015). *Manual práctico de parentalidad positiva*. Madrid: Editorial Síntesis.

Rodrigo, M. J., Martín, J. C., Cabrera, E. & Máiquez, M. L. (2009). Las competencias parentales em contexto de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial*, 18(2), 113-120.

Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Correa, A. D., Martín, J. C., & Rodríguez, G. (2006). Outcome evaluation of a community centre-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse and Neglect*, 30, 1049-1064. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.03.004

Rodrigo, M. J., Maiquez, M. L., Martín, J. C. & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar: Un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Pirámide.

Rodrigo, M. J. & Palacios, J. (1998). *Familia y desarrollo humano*. Alianza Editorial. Madrid.

Rodríguez, M. (2003). La familia multiproblemática y el modelo sistémico. *Portularia*, 89-115.

Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19(1-2), 169-191.

## **ANEXOS**

## **Anexo I**

**Consentimento informado aos participantes do estudo um**

### Consentimento Informado

Uma equipa de investigação do Departamento de Psicologia da Universidade do Algarve está a realizar um estudo que tem como objectivos conhecer os comportamentos em relação à saúde e bem-estar em mães e adolescentes, avaliar o apoio que têm de outras pessoas ou instituições e ainda perceber a forma como lidam com situações de stresse ou quaisquer problemas que possam ocorrer na família.

**Solicitamos assim a sua participação neste estudo.** A sua participação será totalmente confidencial.

Agradecendo desde já a sua colaboração



Prof. Doutora Cristina Nunes

Coordenadora da equipa de investigação

Departamento de Psicologia da Universidade do Algarve

---

Compreendo que:

- A minha participação neste estudo é inteiramente voluntária;
- Colaborando nesta investigação estou a possibilitar o avanço do conhecimento nesta área, mas que não me podem ser dadas garantias de qualquer benefício directo ou indirecto pela minha participação no estudo;
- A minha participação implica aceitar responder a uma entrevista (cerca de 60 minutos);
- Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga quaisquer consequências negativas.

Compreendo ainda que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade e do meu filho(a) e dados confidenciais jamais poderão ser revelados em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa, a não ser com a minha autorização por escrito.

Assinatura da mãe: \_\_\_\_\_

## **Anexo II**

### **Consentimento informado aos participantes do estudo dois**

Exmo. (a) Sr. (a):

Uma equipa de investigação da Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António estão a desenvolver um estudo para avaliar o impacto e a satisfação dos pais com o programa de formação em competências parentais. Pedimos a sua colaboração no preenchimento destes questionários que são parte fundamental do estudo.

Pedimos que leia as instruções e responda a todas as perguntas de forma espontânea e sincera, de acordo como aquilo que faz, sente ou pensa. Não existem respostas corretas ou erradas, o que nos interessa é a sua opinião. Por favor, responda a todas as questões com o máximo de veracidade e não deixe respostas em branco.

AGRADECEMOS DESDE JÁ A SUA COLABORAÇÃO!

Compreendo que:

- A minha participação neste estudo é inteiramente voluntária;
- Colaborando nesta investigação estou a possibilitar o avanço do conhecimento nesta área, mas que não me podem ser dadas garantias de qualquer benefício direto ou indireto pela minha participação no estudo;
- Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga quaisquer consequências negativas.
- Compreendo ainda que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade e a do meu filho(a) e dados confidenciais jamais poderão ser revelados em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_